1

Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites*

*Ana Mercês Bahia Bock***

Compromisso social da Psicologia é um tema bastante importante e tem estado em voga nos congressos e nas reflexões críticas no campo da Psicologia. A I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social, de iniciativa do Conselho Federal de Psicologia, realizada em 2000, em São Paulo, apresentou uma determinada concepção de compromisso social da Psicologia. Foram milhares de trabalhos que se inseriam na temática porque se constituíam como experiências de serviços prestados a camadas sociais que tradicionalmente não têm tido acesso ao trabalho do psicólogo; ou ainda porque inovavam instrumentos de trabalho, escapando de pers-

---

* Versão adaptada e revista de intervenção em mesa-redonda apresentada no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, setembro 2002, São Paulo, SP.

** Psicóloga, professora titular do Departamento de Psicologia Social PUC-SP; Pesquisadora do Grupo "Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social"; professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação PUC-SP; membro do Instituto Silvia Lane de Psicologia e Compromisso Social. E-mail: anabock@terra.com.br.

pectivas "psicologizantes", em favor de perspectivas mais sociais; ou ainda porque eram experiências interdisciplinares. Sempre se apresentavam como trabalhos mais "sociais", incluído nesse termo qualquer um dos aspectos anteriormente citados. A I Mostra de Práticas em Psicologia marcou assim um novo compromisso dos psicólogos e da Psicologia com a sociedade brasileira, mas não inaugurou o compromisso da Psicologia com a sociedade. Explicando melhor: a Psicologia sempre esteve vinculada à sociedade brasileira e sempre respondeu a demandas sociais, portanto, manteve em toda sua existência um determinado compromisso com a sociedade. Mas qual compromisso? Eis aí a questão.

Não se pode permitir que o entusiasmo com o compromisso social que a Psicologia está construindo com a sociedade brasileira oculte a história de um compromisso com os interesses das elites no Brasil. É preciso retomar essa história para superá-la definitivamente. Esse é o objetivo desta reflexão.

Uma história de compromisso com as elites

A tradição da Psicologia, no Brasil, tem sido marcada pelo compromisso com os interesses das elites e tem se constituído como uma ciência e uma profissão para o controle, a categorização e a diferenciação. Poucas têm sido as contribuições da Psicologia para a transformação das condições de vida, tão desiguais em nosso país.

Se tomarmos a história da psicologia no Brasil, de acordo com estudos de Massimi (1990), Antunes (1991) e Antunes (1999), vamos ver que as ideias psicológicas produzidas e, posteriormente, as teorias responderam claramente a interesses das elites de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar, interesses esses necessários à manutenção ou incremento do lucro e reprodução do capital.

A colonização do Brasil, por Portugal, foi caracterizada fundamentalmente pela exploração, o que exigiu a construção de um forte aparelho repressivo. A Metrópole necessitava dominar e controlar os indígenas que viviam na Colônia, para que, dóceis, permitissem e colaborassem na exploração da terra conquistada. Nesse período, as ideias psicológicas produzidas, por representantes da Igreja ou intelectuais orgânicos do sistema português, tiveram a marca do controle. São estudos que versam sobre as características dos indígenas e as formas mais eficientes de controlá-los; o controle das

mulheres e das crianças foi também objeto de estudo e de preocupação. Esses estudos são considerados pertencentes ao campo da Psicologia, por tratarem de comportamentos e de aspectos morais que guiavam as condutas e as ações da população que aqui vivia.

No século XIX, o Brasil deixa de ser Colônia e transforma-se em Império. As ideias psicológicas vão ser produzidas principalmente no âmbito da medicina e da educação e responderam a outros interesses: à higienização da sociedade.

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, surgiu uma demanda de serviços, até então inexistentes, como a educação nos seus diversos níveis, inclusive superior; e o século XIX assistiu à abertura de escolas que se tornaram referência no Brasil, como o colégio Pedro II, a Escola Normal em Niterói e em São Paulo e o Pedagogium no Rio de Janeiro. Além disso, a vinda da Corte proporcionou um desenvolvimento rápido da cidade do Rio de Janeiro que, sem qualquer infraestrutura para suportar esse desenvolvimento, se viu às voltas com doenças, miséria, prostituição e loucura. O século XIX assistiu, assim, ao desenvolvimento, no país, das ideias de saneamento e higienização das cidades, higienização que será entendida como material e moral. Estas ideias eram herdadas do pensamento europeu, mas encontraram no Brasil um terreno fértil. Buscava-se uma sociedade livre da desordem e dos desvios.

A educação esteve marcada por práticas autoritárias e disciplinares; a medicina, pela criação de hospícios como asilos higiênicos e de tratamento moral (em 1842 é inaugurado no Rio de Janeiro o hospício Pedro II; em 1852, em São Paulo, o Asilo Provisório de Alienados da cidade de São Paulo). A sociedade esteve dominada pela ideologia da ordem e da higienização.

As ideias psicológicas produzidas nesse período puderam colaborar significativamente no trabalho da educação e da medicina, na busca da higienização moral da sociedade brasileira. A educação, marcada pela busca do controle de impulsos considerados inadequados nas crianças, caracterizou-se por práticas disciplinares e moralistas. Carregada de racionalidade e de controle, a educação buscou desenraizar o mal que caracterizava a natureza infantil. As ideias no âmbito da medicina falavam da degenerescência das raças e da imoralidade que isso acarretava na sociedade. Os problemas sociais eram lidos a partir dessas perspectivas e a higienização social almejada era obtida, se não pela educação, pela reclusão dos "imorais" em asilos higiênicos.

As ideias psicológicas falam da moral como característica natural do homem, que a perde quando se degenera. A moralidade naturalizada falava

de valores que eram dominantes na sociedade europeia e que correspondiam à moral dos grupos dominantes. Eram valores distantes das possibilidades das camadas trabalhadoras e escravas da sociedade brasileira. Associava-se com facilidade a imoralidade à pobreza e à negritude. No entanto, essa associação ficava ocultada pelo discurso naturalizante e servia às teorias da degenerescência das raças.

O final do século XIX trouxe a República; e o século XX, a riqueza cafeeira e o desenvolvimento do polo econômico no Sudeste. A Psicologia adquiria o estatuto de ciência autônoma na Europa e, em seguida, nos Estados Unidos.

Na educação, o pensamento esteve marcado pelo movimento da Escola Nova, que colocou o indivíduo como eixo de sua construção e deu ênfase à preocupação cientificista, transformando as escolas em verdadeiros laboratórios. A Escola Nova valorizou a infância e trabalhou para preservá-la. Essa nova perspectiva aboliu os castigos e a vigilância disciplinar, substituindo-a pela vigilância psicológica. Na busca de preservar a criança que cada um possuía dentro de si e acompanhar o desenvolvimento sem interferir muito em seu curso natural, a Escola Nova demandou conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento. Assistimos então ao surgimento de muitas teorias do desenvolvimento que vão embasar o trabalho pedagógico.

As ideias psicológicas foram também associadas à administração e à gestão do trabalho, baseadas no pensamento taylorista. A industrialização no Brasil fez novas exigências à Psicologia que, com a sua experiência da Psicologia aplicada à educação, pôde colaborar significativamente com um conhecimento que possibilitou a diferenciação entre as pessoas, para a formação de grupos mais homogêneos nas escolas e a seleção de trabalhadores adequados para a empresa.

As guerras trouxeram o desenvolvimento dos testes psicológicos, instrumentos estes que viabilizaram essa prática diferenciadora e categorizadora da Psicologia. Foi com esse lugar social que a Psicologia se institucionalizou no Brasil, sendo reconhecida em 1962 como profissão.

Esta pequena retrospectiva mostra que a Psicologia esteve comprometida com os interesses das elites brasileiras, ora para o controle, ora para higienizar e ora para diferenciar e categorizar. Foi com essa tradição que a Psicologia se tornou profissão reconhecida, no Brasil, em 1962. Passados 40 anos, vale a pena refletir sobre a inserção que teve, neste período, na sociedade brasileira.

Os 40 anos de profissão regulamentada

Uma profissão que, durante seus 40 anos de vida, serviu às elites, sendo um serviço de difícil acesso aos que têm pequeno poder aquisitivo. Uma profissão com pouca inserção social, baixo poder organizativo, com entidades frágeis com pequeno poder de pressão e que negociou pouco com o Estado suas demarcações e possibilidades de contribuição social.

A pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (1995), junto à categoria dos psicólogos, mostrou que, dos inscritos no CRP, 75,2% atuavam na profissão; 17,7% desistiram de exercer e 7,1% não chegaram a exercer. Dos que atuavam na profissão, 54,7% estavam na área clínica/saúde; 17,86%, na educação; 13,05%, em trabalho; 5,48%, em social; 8,59%, em outras áreas (incluindo psicologia jurídica, esporte, trânsito) e 0,35% não respondeu. Trabalhavam em consultório particular 41,15%, atuavam em hospital 12,31%, em unidades básicas de saúde 3%, em ambulatórios de saúde mental 4%. Em instituições particulares trabalhavam 63,04% e no serviço público 23,48%. Trabalhavam de 1 a 20 horas semanais 57%; recebiam até 10 salários mínimos 59%.

Estes dados mostram que, apesar de termos um índice alto de psicólogos na área da saúde, poucos estão em instituições. Ainda temos muitos psicólogos atuando em consultórios particulares, como autônomos. Isto significa que o trabalho do psicólogo não está ao alcance de quem precisa dele, pois os trabalhos em consultórios são caros e, portanto, inacessíveis à população pobre do país. A inserção do psicólogo na sociedade ainda é pequena, dado seu potencial humano e técnico.

Outro elemento nos ajuda a avaliar a inserção social da Psicologia. A Psicologia como profissão ainda é frágil, pois ela dá respostas pouco desenvolvidas, que atendem às diferentes demandas com respostas genéricas. Ana Maria Carvalho (1988) debateu, a partir dos dados da pesquisa intitulada *Quem é o psicólogo brasileiro*, como as atividades dos psicólogos eram pouco diversificadas. Dizia ela:

> (...) a atuação dos psicólogos se caracteriza como pouco diversificada, e tende a se tornar ainda mais restrita no decorrer da carreira individual. Este último fato pode estar indicando, por um lado, que há uma tendência à especialização do profissional em torno de uma ou poucas atividades que concentram sua preferência, ou são mais valorizadas por qualquer motivo (...) (1988, p. 219) (...) o número de atividades citadas por mais de 30% dos respondentes varia

> muito pouco ao longo desse período: 5 a 7 atividades (...) aplicação de testes, psicodiagnóstico e Aconselhamento psicológico estão entre as mais citadas... (1988, p. 221)
>
> ... Nesse sentido, o que define uma *atuação abrangente é o quanto essa atuação reflete o potencial da utilidade e de contribuição da profissão à sociedade.* Se supusermos que a lista de atividades apresentada descreve, pelo menos parcialmente, a contribuição potencial da Psicologia à sociedade, a limitação dessa atuação, caracterizada pelo pequeno número de atividades desenvolvidas por uma proporção expressiva dos psicólogos, significa que a profissão está longe de apresentar uma atuação abrangente. Por outro lado, é preciso reconhecer que há sinais, embora ainda numericamente inexpressivos, de uma tendência à diversificação da atuação; se esta tendência representará um avanço efetivo da profissão, e um ganho para a sociedade, depende de muitos fatores que estão fora do âmbito desta análise, inclusive, e talvez principalmente, de qualidade da atuação — um aspecto que não podemos nos permitir esquecer em nossas reflexões e preocupações com a expansão da profissão. (1988, p. 235)

Esta contribuição de Carvalho nos permite perceber os sinais da fragilidade da profissão e de sua pequena institucionalização. Os dados mostram que ainda estamos longe de atingir nosso sonho de colocar a Psicologia a serviço de quem dela necessita.

A Psicologia se instituiu assim em nossa sociedade moderna como uma ciência e uma profissão conservadoras que não constroem nem debatem um projeto de transformação social. Aqui, cabe um parêntese para analisarmos esta questão. A Psicologia se afastou da tarefa de construção de um projeto social principalmente por ter adotado uma perspectiva naturalizante de homem e de seu desenvolvimento psíquico. As teorias desenvolvidas tomaram o psiquismo como algo natural que tinha percurso certo. O trajeto do desenvolvimento psíquico estava dado pela natureza humana. Essa concepção afastou as teorias das preocupações sociais e não exigiu, dos psicólogos, um posicionamento, no sentido de adoção de um projeto de sociedade e de homem.

Mas não se pode esquecer que fazem parte da história as tendências progressistas minoritárias na profissão e na ciência. As forças progressistas acompanharam todo esse desenvolvimento e vão obter vitórias apenas no decorrer dos anos 70, com a criação da área da Psicologia Comunitária. Não pretendemos, aqui, fazer um balanço desse período, mas apenas apontar que a Psicologia Comunitária significou um avanço porque exigia que a Psicologia olhasse a realidade social como um princípio da construção da ciência e da profissão. A partir daí se desenvolveu esta visão que se transformou em forças progressistas na saúde pública, nos anos 80, e posteriormente em outros setores — educação, assistência social, trabalho.

Cabe ressaltar também que, nestes 40 anos, a Psicologia se tornou uma profissão feminina. Como analisou Fulvia Rosemberg (1984), nos anos 80, a generalidade da área que permitia uma adaptação ao mercado de trabalho, a possibilidade de conciliar o trabalho doméstico, a maternidade e o trabalho profissional (pelo caráter assistencial e pela possibilidade de adaptar seus horários de trabalho) levavam a Psicologia, no Brasil, a se constituir como uma profissão feminina. Essa característica deve também ser considerada para que possamos compreender a timidez e a acomodação sociais da Psicologia, dada a pouca história de luta das mulheres em nossa sociedade, até esse período.

Silvia Leser analisou nos anos 70 (Mello, 1975) a profissão em São Paulo, mostrando seu caráter elitista e sua falta de inserção social.

Com essa tradição, comemoramos, em 2002, os 40 anos da profissão.

Para ampliarmos nossa reflexão, consideramos importante enriquecer os elementos analisados com alguns aspectos ideológicos que acompanham nossa profissão.

Alguns elementos ideológicos da profissão

Algumas ideias sobre o trabalho profissional foram desenvolvidas no decorrer dos anos de experiência institucionalizada da Psicologia e se tornaram dominantes, acompanhando a maior parte das práticas profissionais. Destacaremos três delas que nos parecem ajudar a compreender o caráter ideológico da Psicologia. Estamos aqui concebendo ideologia como o processo de ocultamento da base material e social das ideias, processo esse que pode se dar em decorrência de construção teórica.

1. A Psicologia tem naturalizado o fenômeno psicológico;
2. Os psicólogos não têm concebido suas intervenções como trabalho;
3. A Psicologia tem concebido os sujeitos como responsáveis e capazes de promover seu próprio desenvolvimento.

A Psicologia tem naturalizado o fenômeno psicológico

Em nosso estudo de doutorado (Bock, 1999) estudamos a concepção de fenômeno psicológico entre os psicólogos e encontramos expressões que denotavam uma concepção do fenômeno como algo enclausurado no homem e como algo abstrato, que tem vida própria e destino traçado. O fenômeno psicológico é identificado com um "verdadeiro eu", que por ser natural é visto como mais verdadeiro que o eu que aparece nas relações sociais, sendo esse resultado da negociação feita pelo sujeito com o mundo social, para dar conta dos interesses e desejos do "eu verdadeiro". O fenômeno psicológico é naturalizado, isto é, está em todos nós, ao nascermos, em potencial e se desenvolverá conforme o homem for aproveitando as situações de estimulação que o mundo social lhe oferece. Como algo natural tem destino traçado.

Essa concepção de fenômeno psicológico teve como resultado uma Psicologia de costas para a realidade social. Não se tem nenhuma necessidade de fazer referência ao cotidiano vivido pelas pessoas, à cultura e aos valores sociais, às formas de produção da sobrevivência e às relações sociais para compreender o mundo psíquico. O fenômeno psicológico é visto como universal.

A consequência para a prática profissional dos psicólogos é que esta surge como algo que dá suporte ao desenvolvimento natural, reencaminhando para o "seu trilho" quando se percebe um desvio. A Psicologia se constitui e se institui na sociedade como uma profissão corretiva, que deve ser utilizada apenas quando desvios ou patologias estejam instalados. Caso tudo esteja bem, é sinal de que a natureza faz seu trabalho e não há necessidade da Psicologia. A Psicologia ficou assim associada a patologias, desvios, doenças, conflitos, desequilíbrios e desajustes. Não foi possível desenvolver uma profissão que contribuísse para a qualidade de vida, promovendo saúde.

O fenômeno psicológico não deveria ser concebido como algo natural e universal. Nossas concepções sobre a subjetividade deveriam unir o mundo objetivo com o mundo subjetivo, a fim de compreendê-los como construções históricas a partir da atuação transformadora do homem sobre o mundo.

A humanidade deve ser vista como algo que está no mundo objetivo, na medida em que o homem, ao transformar o mundo material para suprir suas necessidades, ultrapassou os limites de sua natureza animal e humanizou-se e se pôs no mundo, transformando-o e humanizando-o. Os objetos culturais, criados pelos homens, contêm as características humanizadas

deste homem. Nascemos candidatos à humanidade e, ao atuarmos sobre o mundo e nos apropriarmos dos objetos culturais criados pelas gerações anteriores, nos tornamos humanos, nos humanizamos, isto é, adquirimos as características construídas pelos homens no decorrer do processo histórico de sua humanização.

A humanidade está posta, pelo homem, no mundo objetivo. A humanidade é retirada do mundo objetivo pela ação transformadora do homem e utilizada para construir sua singularidade, sua individualidade. O mundo psicológico não deve ser concebido como algo natural, mas como algo construído. O mundo psicológico, como registro singular das relações vividas por cada um de nós, não tem nada de natural e não carrega potencialidades. Constitui-se, como uma obra do próprio homem, na experiência de contato com o mundo cultural e social.

Poderíamos nos perguntar, antes de terminarmos este ponto, sobre a importância ou a diferença de termos uma ou outra concepção sobre o fenômeno psicológico. A diferença está em que as concepções naturalizantes nos afastam do mundo social e acobertam a construção social do psiquismo, tornando-se ideológicas. Ao contrário, os psicólogos devem buscar construir leituras que, ao falarem do mundo psíquico, falem do mundo social e, ao pensarem em transformações, psíquicas, exijam um projeto social.

Os psicólogos não têm concebido suas intervenções como trabalho

Retomamos, para poder falar da concepção de trabalho, as ideias anteriormente expostas e criticadas, mas dominantes na Psicologia: o mundo psicológico nasce conosco e tem destino traçado. As teorias afirmam esse destino nas formas de pensamento/cognição, na forma de afeto e sociabilidade e na forma que deve tomar a sexualidade madura. As principais características do psiquismo são vistas como dadas pela natureza. Assim, se os homens estivessem colocados em situações de vida ideais para o bom desenvolvimento do fenômeno psicológico, nada nos restaria a fazer, pois seu trajeto poderia ser percorrido sem intercorrências. No entanto, esse mundo social é visto pela Psicologia como um mundo perverso, ruim, difícil, que nos obriga, como psicólogos, a estarmos atentos ao desenvolvimento do psiquismo e a possuirmos instrumentos que possam "corrigir", "remediar",

"curar", "consertar" o que se desviou. Nossa missão é sublime! Temos uma missão que conserta o que a natureza planejou e o que a sociedade desviou.

Além disso, o homem, suporte desse mundo psicológico, está concebido como um ser autônomo e capaz de produzir seu próprio movimento de individualização. Assim, os psicólogos passam a entender que sua missão é "ajudar as pessoas a se desenvolverem". Isto quer dizer mais do que parece: significa que nosso trabalho é uma forma de colaboração e intervenção, mas é somente do sujeito o processo de produção de si mesmo, que se autoconhecendo poderá se autoconduzir e se autodesenvolver.

Gostaríamos de chamar a atenção para essas noções e suas consequências em nossas concepções. Os psicólogos não acreditam que direcionam o desenvolvimento de seus clientes, pois a direção desse desenvolvimento está dada pela natureza. O trabalho da Psicologia é desvelar, desvendar as "verdades" sobre o sujeito, para que ele mesmo possa se conduzir. Assim, os psicólogos se isentam de assumir um projeto social — de homem e de sociedade — para promover e incentivar por meio do seu trabalho. Essa discussão, sobre que sociedade e que homem estamos promovendo e estimulando com nossas concepções e com nosso trabalho, nem se coloca para a maioria dos psicólogos.

O trabalho, intervenção intencionada e direcionada sobre o mundo, não existe para a maioria dos psicólogos. Não se pode nem mesmo cogitar a ideia de que direcionamos as pessoas, de que as influenciamos a partir de nossas intervenções profissionais. Todos os nossos recursos de trabalho são vistos como neutros. Todas as nossas teorias sobre o mundo psicológico são universais e não estão relacionadas a concepções estas ou aquelas. Nossa prática não tem nada a ver com os interesses sociais e com as disputas políticas da sociedade.

Por isso, concluímos em nosso trabalho de doutoramento:

> A prática profissional é apresentada na maioria absoluta das respostas como uma prática técnica, isto é, uma prática que contém um saber (métodos, técnicas e teorias) que auxilia o desenvolvimento do homem. Auxilia a retomada de um "caminho desviado"; auxilia a redução do sofrimento, o autoconhecimento necessário para o equilíbrio e a adaptação ao meio social. O trabalho também, na maioria das respostas, busca esclarecer, permitir a compreensão, favorecer a escuta, conhecimento de aspectos desconhecidos, explicitar aspectos do indivíduo que ele desconhece. Não se coloca uma finalidade social ou política para esta prática. As finalidades estão ligadas apenas ao indivíduo e a um movimento que lhe é próprio, natural, e que deve ser conservado ou reconduzido. (...)
>
> (...) Cabe apontar que no discurso dos psicólogos, é possível detectar algumas noções ou suposições importantes: onipotência, ajuda ao outro, finalidade de adaptação, busca da felicidade e do equilíbrio. Os psicólogos evidenciam, em seus discursos, principalmente quando relatam seus trabalhos, uma noção onipotente da profissão e de si próprios como profissionais. Duas frases poderiam estar aqui representando esse pensamento: "acredito que o trabalho terapêutico é um fazer alma (...) buscar sentido na vida"; "tentamos (...) chegar à essência do Homem".
>
> A ideia de ajuda incondicional ao outro é também presente nos discursos. Ajuda na busca da adaptação e da felicidade.
>
> O psicólogo parece ter em suas mãos a possibilidade de fazer do outro um homem feliz, colocá-lo em movimento, estimulá-lo, acompanhar seu destino, converter percepção em consciência, estruturar, transformar, humanizar, enfim, acredita que muito pode ser feito e muitas mudanças podem ser operadas com a ajuda do psicólogo, enquanto portador de um conhecimento e enquanto um ser humano dotado de intuição.
>
> No entanto, esse discurso vem acompanhado da fala: mas o psicólogo não muda o homem, apenas contribui para que ele próprio se modifique. E a onipotência se traveste de humildade absoluta e o psicólogo nega o seu próprio trabalho. Nega a sua intervenção na qual emprega sua energia para transformar o que se apresenta naquilo que surge em seu pensamento como o fim desejado. (Bock, 1997, p. 272 e 273)

E aí está a questão: o psicólogo efetivamente, a nosso ver, trabalha, ou seja, emprega energia para transformar em determinada direção. Não fosse assim, não saberia quando dar alta e não saberia quando alguém precisa de seu trabalho. Isso mostra que ele tem sim um modelo, um padrão do que considera certo, normal, esperado, desejável. No entanto, a Psicologia construiu um discurso que nega essa intervenção direcionada. Escondeu-a atrás de um discurso de que o homem se autodetermina e se autodesenvolve. Ocultou, em seu discurso, seu projeto social. Tornou o discurso sobre seu trabalho ideológico.

Um bom exercício crítico sobre essa questão consiste em levantarmos critérios que nos permitem, como psicólogos, julgarmos as condições de saúde psíquica de alguém. Nos surpreenderemos com o fato de nossos critérios não serem mais do que as regras morais dominantes em nossa sociedade. Como profissionais do comportamento, das emoções e pensamentos não poderíamos esperar estar distantes da moral vigente. A questão está em não percebermos essa relação e naturalizarmos o que é moral e social.

A Psicologia tem concebido os sujeitos como responsáveis e capazes de promover seu próprio desenvolvimento

Recorreremos aqui à imagem já reconhecida do Barão de Münchhausen, que deu nome a nosso trabalho de doutoramento, exatamente porque permitia refletir sobre e criticar a noção de homem e de desenvolvimento presentes na Psicologia. O Barão de Münchhausen aparece em histórias infantis alemãs e conta que o Barão saiu do pântano, em que caiu com seu cavalo, puxado pelos próprios cabelos. A noção de um sujeito que pode se erguer pelos seus próprios cabelos, como fez o Barão para se tirar do pântano, marca a maioria das teorias em Psicologia. Há, nas concepções em Psicologia, uma ideia de que o homem possui em si mesmo uma força motriz que o movimenta para o destino de seu desenvolvimento. O Homem está pensado como alguém que possui capacidade de produzir seu próprio desenvolvimento e individualização. Esta ideia se torna forte e possível, exatamente porque nosso desenvolvimento está pensado como natural, nos apresentando como possuidores desta força que nos movimenta.

Nestas concepções, a sociedade não tem papel algum. Está vista como algo externo ao sujeito que nada tem a ver com seu desenvolvimento. O homem se desenvolve pela sua natureza. A sociedade é vista muitas vezes como algo que impede, algo que deve ser driblado, controlado, para que não impeça o desenvolvimento das potencialidades que já estão no homem, *a priori*. A sociedade ajuda ou atrapalha, mas nunca é vista como algo do humano, construção do próprio homem, objetivação do humano que permite transmitir de geração para geração a humanidade criada pelo homem.

Assim, os psicólogos se puseram de costas para a realidade social, acreditando poder entender o fenômeno psicológico a partir do próprio homem. Com esse discurso, a Psicologia, mais uma vez, ocultou as determinações sociais, construindo ideologia.

As consequências destas concepções aparecem, na prática profissional, de forma bastante clara, pois há uma responsabilização das pessoas pelos seus próprios processos de desenvolvimento, pelo sucesso e pelo fracasso obtidos. Nas teorias de ensino, chega-se mesmo a pensar em dificuldade de aprendizagem como algo de responsabilidade do sujeito. No trabalho clínico, o psicólogo vê sua intervenção como uma contribuição para que o próprio sujeito possa se desenvolver e se curar, quando for o caso. Os testes, muitas vezes, são utilizados como se fotografassem o sujeito "por dentro",

desvendando a realidade e a verdade de cada um. Acaba-se adotando a ideia de que há um outro "eu" em nós, capaz de uma força própria produtora de nosso movimento.

A Psicologia tem concebido os sujeitos como responsáveis e capazes de promover seu próprio desenvolvimento; essa concepção isola o sujeito e sua subjetividade do mundo social e isenta as instituições sociais e modos de produção da sobrevivência de qualquer responsabilidade pelos sofrimentos psicológicos. Os problemas e características do mundo psíquico são explicados pelo seu próprio funcionamento e movimento.

Fechando a reflexão

Nossa reflexão apontou para que a Psicologia, nestes anos de desenvolvimento no Brasil, como ciência e profissão, tem produzido ideologia, ou seja, tem ocultado a produção social do humano e de seu mundo psicológico. Os psicólogos têm se isentado de discutir projetos sociais, porque o homem e seu psicológico, da forma como são concebidos, não exigem essa discussão. As manifestações de psicólogos contra as desigualdades sociais são muito poucas; são raras as manifestações em relação às questões sociais de nosso tempo, porque se tem pensado que nada disso tem a ver com a Psicologia e com o mundo psicológico, seu objeto de intervenção e estudo.

A Psicologia tem construído ideias que precisam ser superadas, como por exemplo: crianças não aprendem na escola porque não se esforçam ou porque têm pais que bebem e mães ausentes; as mães pobres não tratam adequadamente seus filhos porque não conhecem os saberes da Psicologia; as pessoas não melhoram de vida porque não querem; os trabalhadores perdem suas mãos nas máquinas devido a impulsos incontroláveis que caracterizam sua relação com o trabalho. Os jovens matam crianças com tiros porque têm natureza violenta ou porque seus pais... E assim a Psicologia vai explicando todas as questões sociais a partir de mecanismos naturais do mundo psicológico.

É preciso trabalhar criticamente e inverter essas explicações. É preciso compreender as relações sociais e as formas de produção da vida como fatores responsáveis pela produção do mundo psicológico. É preciso incluirmos o mundo cotidiano e o mundo cultural e social na produção e na compreensão do mundo psicológico. A Psicologia precisa, para superar suas construções

ideológicas, analisar todos os elementos que se constituem como determinações do humano, sem isolar o mundo psíquico no interior do indivíduo, como algo natural, universal e dotado de força própria. A mudança nesta concepção permitirá a superação da ideologia presente na Psicologia e consolidará um novo compromisso dos psicólogos e da Psicologia com a sociedade, um compromisso de trabalho pela melhoria da qualidade de vida; um compromisso em nome dos direitos humanos e do fim das desigualdades sociais.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Mitsuko A. M. A. *O processo de autonomização da Psicologia no Brasil 1890/1930 — uma contribuição aos estudos em História da Psicologia*. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC-SP, 1991.

______. *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco, 1999.

BOCK, Ana M. B. *As aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia: um estudo sobre o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos*. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC-SP, 1997.

______. *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1999.

CARVALHO, Ana M. Almeida. *Atuação psicológica: uma análise das atividades desempenhadas pelos psicólogos*. In: Conselho Federal de Psicologia — Quem é o Psicólogo Brasileiro. São Paulo: EDICON, 1988.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia: formação, atuação profissional e mercado de trabalho — estatísticas 1995*. São Paulo: 1995.

MASSIMI, Marina. *História da Psicologia brasileira da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU, 1990.

MELLO, S. L. *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1975.

ROSEMBERG, F. Afinal, por que somos tantas psicólogas? In: Conselho Federal de Psicologia. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, ano 4, n. 1/84, p. 6-12.

2

O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação*

*Maria Helena Souza Patto***

Num ensaio intitulado "O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?", o historiador inglês Eric Hobsbawm responde: "o que ela não pode nos dizer é o que acontecerá: apenas quais problemas teremos que resolver". Porque o estudo da história desvela recorrências, linhas de força do processo histórico, feito de continuidade e de descontinuidade.

O estudo da história da Psicologia vem tomando novos rumos em vários centros acadêmicos onde se ensina e se faz essa ciência, aqui e lá fora. É cada vez maior o número de pesquisas de fontes documentais que querem fazer uma história crítica — isto é, que leve em conta as determinações político-sociais — da constituição da Psicologia, em sua relação com a Pedagogia, nas sociedades industriais capitalistas. Em outras palavras, uma historiografia que parte da pergunta: qual o lugar ocupado pelo conhecimento

* Versão adaptada e revista de intervenção em mesa-redonda apresentada no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, setembro 2002, São Paulo, SP.

** Professora titular do Instituto de Psicologia da USP. E-mail: mhspatto@usp.br.